

3.1.3 Ensino de filosofia, redução e reprodução das desigualdades sociais nos espaços escolares.

A. S. MAIOTTI

Especialista em Ensino de Filosofia no Ensino Médio pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/2018), licenciado em Pedagogia pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM/2017) e em Filosofia pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro (UníItalo/2013). Professor de Educação Básica II – Filosofia na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SEE/SP.

alvaro_maiotti@yahoo.com.br

COMO CITAR O ARTIGO:

MAIOTTI, A. S. **Ensino de filosofia, redução e reprodução das desigualdades sociais nos espaços escolares.** URL: www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html. São Paulo SP, v.9, n.2, p. 129-144, abr/2019.

RESUMO

Através do presente trabalho demonstrou-se um dos muitos modos pelos quais a redução e a reprodução das desigualdades sociais coexistem dentro dos espaços escolares. Adotou-se como ponto de partida uma pesquisa de campo realizada em uma escola da rede pública estadual, onde foi possível verificar o impacto positivo dos programas de transferência de renda no desenvolvimento escolar dos alunos por eles beneficiados. Por outro lado, partindo de uma concepção contemporânea em relação à natureza da filosofia e de seu ensino, e considerando alguns aspectos do Currículo Oficial de Ciências Humanas e suas tecnologias — produzido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo — verificou-se de que maneira o ensino de filosofia contribui para a reprodução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação Básica, Currículo, Ensino de Filosofia, Programas de Transferência de Renda, Reprodução de Desigualdades.

ABSTRACT

The present work has demonstrated one of the many ways in which the reduction and reproduction of social inequalities coexist within the school spaces. A field survey was carried out at a state public school, where it was possible to verify the positive impact of the income transfer programs on the school development of the students they benefited from. On the other hand, starting from a contemporary conception of the nature of philosophy and its teaching, and considering some aspects of the Official Curriculum of Human Sciences and its technologies - produced by the State of São Paulo's Education Department - it was verified that the teaching of philosophy contributes to the reproduction of social differences.

Keywords: Basic Education, Curriculum, Philosophy Teaching, Income transfer programs, Reproduction of inequalities.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto dos estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito do Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, realizado na Universidade Federal Fluminense - UFF e na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Seu intuito consiste em apresentar, de maneira breve, o impacto positivo dos programas de transferência de renda no desenvolvimento escolar dos alunos por eles beneficiados — que resulta na redução das desigualdades sociais — e, ao mesmo tempo, de que maneira os arranjos curriculares contribuem para a reprodução dessas desigualdades. As ideias aqui apresentadas se sustentam a partir dos resultados obtidos com a análise da entrevista e dos questionários respondidos por estudantes e por uma professora da Escola Estadual Prof.^a Rosa Inês Bórnica Moreira, da Diretoria de Ensino Região Sul 1, e com a análise do Currículo Oficial de Ciências Humanas e suas tecnologias — em particular, a seção destinada à disciplina de filosofia — produzido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para ser aplicado em todas as escolas da rede pública paulista. De modo que se constitui como estudo prático e teórico, tanto os procedimentos técnicos da pesquisa de campo quanto os da pesquisa bibliográfica mostraram-se adequados à sua realização.

2. DESCRIÇÃO DA PRÁTICA

As atividades práticas do Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social realizado na Universidade Federal Fluminense - UFF consistiam em três questionários que deveriam ser aplicados a três estudantes de escola pública, beneficiários do Programa Bolsa Família. Cada estudante deveria, portanto, responder a três questionários distintos. Já a atividade prática do curso realizado na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar consistiu na elaboração e aplicação de uma entrevista a um profissional que atuasse em alguma escola da rede pública, na qual estudassem alunos beneficiários do mesmo programa de transferência de renda. Os alunos entrevistados estão regularmente matriculados na Escola Estadual Prof.^a Rosa Inês Bórnica Moreira, da Diretoria de Ensino Região Sul 1, e cursam o ensino médio no período matutino. A professora escolhida para realização da entrevista atua nessa mesma unidade escolar, no período noturno.

Com o título comum “Inventariando o campo da pobreza: quadros institucionais e categorias analíticas”, os questionários da UFF foram organizados em três eixos temáticos: 1 - Políticas públicas e desigualdade social; 2 - Práticas educacionais e (re)produção social; 3 - Saúde, meio ambiente e pobreza. As perguntas de caráter comum nos permitiram coletar dados quanto ao: perfil dos estudantes (idade, naturalidade, etnia, valor recebido, período de usufruto do benefício); residência (caracterização da residência e seu entorno) escolarização (ano/série em que estuda, modalidade de ensino, esfera a que pertence a unidade escolar); situação profissional (se estuda e/ou trabalha ou se está incapacitado de realizar alguma das duas atividades) e composição

familiar (com quem reside e se os familiares desfrutam de algum tipo de benefício).

Através do primeiro questionário, do eixo temático “Políticas públicas e desigualdade social”, foi possível coletar dados que possibilitaram o conhecimento do ponto de vista dos beneficiários em relação ao programa, como: aspectos positivos e negativos, sugestões de melhoria e formas de utilização dos recursos.

O segundo questionário, do eixo temático “Práticas educacionais e (re)produção social”, nos permitiu coletar dados que possibilitaram a compreensão da vida social do estudante dentro e fora da escola, bem como de sua percepção em relação à escola em todas as dimensões: aspectos pedagógicos (atuação docente e projetos interdisciplinares), alimentares (cardápio escolar), de infraestrutura (ambientes, mobiliário, materiais pedagógicos e recursos tecnológicos) e de pessoal (funcionários dos setores administrativo, de manutenção e limpeza). Ele foi aplicado a três estudantes do ensino médio: uma aluna da primeira série, um aluno da segunda série e uma aluna da terceira série.

Mediante o terceiro questionário, do eixo temático “Saúde, meio ambiente e pobreza”, foi possível coletar dados que nos permitiram conhecer mais detalhes quanto as condições de moradia do estudante, como: material utilizado na construção da moradia; serviços oferecidos na rua onde reside (coleta de lixo, iluminação pública, rede de esgoto), condições de conservação das ruas; animais e insetos que transitam nas proximidades de sua residência. Também coletamos dados quanto às condições de acesso à água e esgoto, condições de higiene, hábitos alimentares, epidemiologia, condições e percepções quanto ao acesso à saúde.

A entrevista construída no âmbito do curso da UFSCar teve por objetivo principal conhecer a percepção dos profissionais que trabalham em escolas que atendem a este público quanto: à própria atuação diante dessas realidades; à função social da escola; à pobreza e ao funcionamento e impacto do Programa Bolsa Família na trajetória escolar e na vida social dos estudantes beneficiados.

3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Durante a realização das entrevistas e do preenchimento dos questionários pelos estudantes foi possível perceber a importância do Programa Bolsa Família na redução das desigualdades vividas por eles cotidianamente.

Por estar vinculado à frequência do estudante à escola, o programa interfere diretamente no fluxo escolar. Deste modo, os alunos não precisam abandonar os estudos para trabalhar e ajudar os pais com as despesas de casa. A contribuição do programa se reflete, portanto, a um tempo: na garantia do direito à educação e na proteção das crianças e jovens contra o trabalho infantil. Boa parte dos estudantes entrevistados relataram a importância do benefício para a manutenção de itens básicos, como vestuário e alimentação, e do orçamento da família com despesas fixas, como aluguel, água e luz. Eles também destacaram a importância do benefício para manutenção de taxas e/ou mensalidades de cursos extra-escolares.

Dentre os aspectos negativos, os estudantes mencionaram a burocracia para o cadastro e permanência no programa, a distância entre sua residência e os Centros de Referência de Assistência Social, o valor recebido e o prazo de saque do benefício. Apontaram como sugestões a criação de um benefício exclusivo de auxílio à alimentação e a melhoria na rede de cadastro e distribuição do benefício.

Quanto à entrevista concedida pela professora, as questões conceituais da pobreza e da desigualdade social e suas relações com a escola foram o alvo da primeira pergunta. Através dela constatamos que as concepções e ideias da entrevistada caminharam ao encontro do que estudamos ao longo dos módulos do curso, indicando consciência crítica e atenção aos problemas sociais dos estudantes:

Pobreza é a ausência de condições financeiras para se sustentar de forma digna. A pobreza impede o acesso aos direitos básicos “garantidos” por lei. A desigualdade social é a grande causadora e mantenedora da pobreza, garantido grandes oportunidades aos ricos e retirando oportunidades dos pobres, impedindo assim, a melhoria na qualidade de vida a todos os cidadãos (S. P. M. C., 2018).

Fruto de um sistema econômico injusto, pobreza e desigualdades sociais produzem-se e reproduzem-se nas mais diversas esferas da vida, impedindo ou dificultando o acesso de grande parte dos cidadãos aos seus direitos mais fundamentais. No universo escolar, por exemplo, tornam-se um dos fatores que contribuem com a evasão escolar, como bem destacou a entrevistada:

Como trabalho em escola de periferia, os alunos começam a trabalhar desde muito novos. Eles acordam de madrugada para ir ao trabalho e chegam na escola muito cansados no noturno, atrapalhando seu rendimento escolar e causando, em muitos casos, a evasão escolar (S. P. M. C., 2018).

Esse contexto afeta negativamente as práticas escolares da entrevistada e dos outros professores da unidade escolar, que se veem obrigados a pensar e repensar continuamente estratégias pedagógicas e não-pedagógicas para conter a evasão e garantir a aprendizagem dos estudantes: “Algumas vezes observamos que, em pleno inverno rigoroso, alguns alunos vão para a escola de bermuda e chinelo e, quando isso ocorre, a equipe de professores se une e providencia agasalhos e tênis para os que precisam” (S. P. M. C., 2018).

Em relação ao Programa Bolsa Família, constatou-se que a opinião da entrevistada se alinha à opinião do curso uma vez que reconhece sua importância para a garantia de direitos básicos e auxílio positivo dos beneficiários na vida escolar: “O Programa Bolsa Família não diminui a pobreza, mas permite que os menos favorecidos possam ao menos ter uma ajuda financeira para o básico” (S. P. M. C., 2018).

Quanto à formação como instrumento de destruição do ciclo vicioso da pobreza e ausência de cidadania, a entrevistada destacou que o acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola são importantes, porém não suficientes:

Como citei anteriormente, a escola em si não basta, mas sem ela, o caminho se torna quase impossível. Precisamos de políticas públicas que apoiem a luta dos professores pela melhoria na qualidade de vida dos alunos e conseqüentemente, da comunidade onde elas estão inseridas. Para a quebra do círculo vicioso é necessário que a Educação seja focada na formação de um cidadão crítico e pensante, com sonhos e ferramentas para a sua realização. (S. P. M. C., 2018).

Tendo verificado as contribuições dos estudantes e da professora quanto ao funcionamento do Programa Bolsa Família e seus impactos

na redução das desigualdades sociais, damos continuidade às análises para compreender de que modo os arranjos curriculares contribuem, por sua vez, com a reprodução dessas desigualdades.

4. ENSINO DE FILOSOFIA E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Para definir a natureza da filosofia, Murcho (2002) a compara com a natureza das demais áreas de conhecimento e conclui que ela difere das outras apenas em grau, e não em espécie. O que as aproxima é o fato de não estarem completamente acabadas, mas em contínuo processo de formação. Todavia, ao contrário das demais áreas que já possuem certa quantidade de conteúdos nos quais podem-se apoiar na busca pela transposição das fronteiras/limites do conhecimento, não se sabe praticamente nada a respeito da filosofia, uma vez que ela se desenvolveu a partir do confronto de ideias dos filósofos que, ao longo de tantos anos de estudo, se dedicaram à exploração de problemas e à discussão de suas soluções.

Se não há conteúdos a serem ensinados, os problemas da filosofia passam a ser o foco de estudo e de ensino dessa disciplina. Assim, o filósofo pode e deve valer-se dos mesmos conhecimentos produzidos pelas demais áreas, em função do que pretende investigar: afinal, não é possível resolver problemas da área de estética sem ter conhecimentos acerca de arte, por exemplo. Além disso, é necessário conhecer, minimamente, o momento atual de discussão desses problemas e saber discutir problemas, fazendo uso das lógicas formal e informal. Deve-se partir de problemas mais simples e avançar, gradualmente, para os mais difíceis considerando a compreensão dos filósofos e suas distintas

teorias para resolvê-los; contrastando suas formas de compreensão com a nossa própria forma de compreensão de modo a enriquecê-la, traçando distinções e corrigindo confusões: um processo que envolve, portanto, análise e comparação de múltiplas teorias e a formulação da própria opinião ou teoria (MURCHO, 2002).

Como se pode observar, o espaço para discussão de ideias é um dos elementos mais fundamentais de uma prática de ensino de filosofia de qualidade. A autoavaliação rigorosa e o conseqüente abandono dos próprios erros conceituais e de argumentação é apenas o primeiro dos muitos efeitos positivos que essa prática pode promover:

[...] o estudante sai da disciplina sabendo pensar com mais clareza, sabendo traçar distinções, sabendo detectar e evitar erros de raciocínio, sabendo avaliar opiniões opostas e a tomar decisões informadas e refletidas. Como é evidente, isso é de importância fundamental para a vida pública e cultural de qualquer sociedade. (MURCHO, 2002, p. 15).

Uma breve análise da natureza da filosofia e de seu ensino nos impele, portanto, para uma prática de ensino que aponta para um exercício ativo e criativo de produção de filosofia, exercício esse que envolve a formação de opinião, o desenvolvimento de pensamento autônomo, a defesa das próprias ideias, o conhecimento de técnicas de argumentação - habilidades essenciais à formação de qualquer cidadão.

Entretanto, diante da perplexidade e desorientação provocadas por sua natureza, surge a tentação de por fim à filosofia, de transformá-la em algo que seja mais facilmente definível ou de lhe atribuir funções que originariamente não lhe pertencem (MURCHO, 2002): é o que se pode ver no Currículo de Ciências Humanas e suas tecnologias, produzido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para ser implantado em todas as escolas paulistas da rede pública de educação.

De acordo com este documento, “[...] os ‘conhecimentos filosóficos’ foram reconhecidos pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) como fundamentais ao exercício da cidadania”. (SÃO PAULO, 2010, p. 114-115). Atribuir à filosofia ou aos professores de filosofia a incumbência de ministrar aos jovens do ensino médio conteúdos que lhes permitam o exercício da cidadania significa instrumentalizar a disciplina para o alcance de metas que lhes são naturalmente estranhas. Como bem observa Gallo (2012, p. 21-22):

[...] desde Aristóteles a filosofia se define como um fim em si mesmo, e não como um meio para atingir um objetivo determinado. Justificar um espaço para a filosofia nos currículos da educação básica apenas de modo instrumental - isto é, a filosofia a serviço de algo, como a cidadania - é, portanto, essencialmente antifilosófico.

A imposição arbitrária de objetivos e funções inviabiliza, portanto, o ensino da disciplina e a sua contribuição à formação de cidadãos críticos e autônomos — uma postura perigosa se considerarmos o currículo enquanto projeto de sociedade. Segundo Silva (2005, p. 15) não se pode esquecer o fato de que “[...] o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade [...]”. Gimeno Sacristán (2013, p. 10) reforça a importância do currículo quando afirma que

Se por um lado o currículo é uma ponte entre a cultura e a sociedade exteriores às instituições de educação, por outro ele também é uma ponte entre a cultura dos sujeitos, entre a sociedade de hoje e a do amanhã, entre as possibilidades de conhecer, saber se comunicar e se expressar em contraposição ao isolamento da ignorância.

Essas afirmações colocam em xeque a falácia da neutralidade do currículo e mobilizam nossa atenção, por exemplo, às recentes reformas curriculares em curso no Brasil. No texto da Base Nacional Comum Curricular — construída às pressas sem maiores contribuições da sociedade, instaurada através de uma Medida Provisória⁵ a despeito das manifestações contrárias de educadores e educadoras de todo o país — o ensino de filosofia volta a assumir um caráter “transversal”, sem maiores direcionamentos quanto ao seu ensino e àquilo que lhe é próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que o Programa Bolsa Família tem sido uma importante ferramenta para redução dos problemas gerados pela pobreza e desigualdades sociais. Contudo, diferentemente do que é reproduzido no senso comum, o valor recebido mensalmente é incapaz de suprir todas as necessidades de uma família neste período. Sua contribuição é significativa, porém não suficiente: seus beneficiários não podem renunciar ao ingresso no mercado de trabalho. Como bem destacou a entrevistada, deve-se somar aos programas de transferência de renda políticas públicas eficazes nas mais diversas esferas da vida social (educação, saúde, segurança pública) para que de fato o sonho de uma sociedade mais justa e solidária se efetive.

⁵ Medida Provisória nº 746, de 2016 - chamada Medida de Reformulação do Ensino Médio.

O arranjo curricular da disciplina de filosofia — tanto no estado de São Paulo quanto a nível nacional mediante a efetivação da BNCC — tende a contribuir com a reprodução das desigualdades uma vez que está em desacordo com a natureza da disciplina e de seu ensino. Voltados ao atendimento das necessidades neoliberais, os arranjos curriculares atuais jamais serão capazes de promover uma formação integral do ser humano. Homogeneizar o currículo nos coloca na contramão daquilo que deveria ser feito para que a escola pudesse ser um instrumento de superação das desigualdades: dar mais espaço e voz à diversidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Pobreza, Desigualdades e Educação. Módulo Introdutório do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/index.html>>.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>>. Acesso em 30 de jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Base nacional Comum Curricular: ensino médio**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf>. Acesso em 30 de jun. 2018.

GALLO, S. **Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio**. Campinas: Papirus, 2012.

GIMENO SACRISTÁN, José (Org.). **Saberes e incertezas do currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

MURCHO, D. A natureza da filosofia e o seu ensino. **Educação**, Santa Maria, v.27, n.2, p. 13-17, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias**. São Paulo: SEE, 2010.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2 ed., 9. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.